

**AO JUÍZO DA XXXXXXXXXX VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX/DF**

Por dependência aos
autos do **processo n.º XXXXXXXXXXXXXXXX**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, já qualificada nos autos do
processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO
FEDERAL – NÚCLEO DE XXXXXXXX, com fulcro no art. 914 e seguintes do
CPC/15, apresentar

EMBARGOS À EXECUÇÃO

FUNDADO EM PRECEDENTE DE NATUREZA VINCULANTE

E COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

em face da Ação Executiva proposta por **BANCO PAN S/A**, já qualificados nos autos em epígrafe, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir delineados.

I - RESUMO DA AÇÃO PRINCIPAL

Trata-se, na origem, de Ação de Busca e apreensão, convertida em Rito Executivo devido à falta de êxito em localizar o carro.

Narra a parte Embargada que a parte Embargante efetuou contrato de financiamento e pagou apenas até a parcela 020/048 primeiras parcelas, restando para o cumprimento da obrigação o pagamento de mais 28 parcelas, cujo valor antecipado vencido soma a quantia de R\$ 25.318,86 (vinte e cinco mil trezentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos).

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A) DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

A aplicabilidade do CDC aos contratos celebrados por instituições financeiras, que já era objeto de enunciado do C. STJ¹, foi corroborada pelo C. STF por meio do julgamento do RE nº 2591/DF, de forma que hoje encontra-se superada qualquer divergência sobre tal tema.

¹ Sum. 297. O Código de **Defesa** do **Consumidor** é aplicável às instituições **financeiras**.

B) DA ABUSIVIDADE DA FIXAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA SUPERIOR À TAXA MENSAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS

Embora a **jurisprudência do Eg. STJ tenha fixado o entendimento de que a cobrança da comissão de permanência é lícita, fixou alguns critérios para sua aplicação, quais sejam: a) a comissão deve ser calculada pela taxa média de mercado (e não a máxima); b) não pode ser superior a taxa de juros do contrato; c) não pode ser cumulada com outros encargos tais como juros, multa e correção monetária.**

Neste sentido dispõem as Súmulas 295 e 296 do STJ, *verbis*:

“Súmula 30 do STJ - a comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis”;

“Súmula 294 do STJ - Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato”;

“Súmula 296 - Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado”.

A fim de permitir a perfeita compreensão da súmula 294, imperioso se faz invocar os precedentes que deram origem à tal enunciado, *verbis*:

"Consoante entendimento pacificado na egrégia Segunda Seção deste Tribunal, é admissível a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência, calculada à taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, segundo a espécie de operação, desde que não cumulada

com correção monetária, nos termos da Súmula 30 da jurisprudência desta Corte, nem com os juros remuneratórios, além de ficar limitada, sempre, à taxa pactuada no contrato." (AgRg no REsp 390196 SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2003, DJ 10/11/2003, p. 186)

"A comissão de permanência, para o período de inadimplência, é cabível, não cumulada com a correção monetária, nos termos da Súmula nº 30 da Corte, nem com juros remuneratórios, calculada pela taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, não podendo ultrapassar a taxa do contrato. Não há aí potestatividade, já que as taxas de mercado não são fixadas pelo credor, mas, sim, definidas pelo próprio mercado ante as oscilações econômico-financeiras, estas fiscalizadas pelo Governo que, como sói acontecer, intervém para sanar distorções indesejáveis. Por outro lado, após o vencimento do contrato, a cobrança da comissão de permanência subordinada a mesma taxa de juros prevista neste não mais se justifica, presente que a realidade econômica desse período poderá não mais ser a mesma da época em que celebrado o contrato. Nesse caso, a cobrança da comissão de permanência considerando a taxa média de mercado, no período da inadimplência, apresenta-se, a meu sentir, como melhor solução. **Apenas, observe-se, a taxa média a ser adotada por força desta decisão não pode ser superior à taxa de juros previamente pactuada, na eventualidade, diante de circunstâncias econômicas anormais, de ser ela superior.**" (REsp 271214 RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2003, DJ 04/08/2003, p. 216)

Há que se destacar que **os referidos precedentes passaram a ter força vinculante, com o advento do Novo Código de Processo Civil, como se verifica em seu art. 927 do CPC/15, verbis:**

Art. 927. **Os juízes e os tribunais observarão:**

- I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- II - os enunciados de súmula vinculante;
- III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;
- IV - **os enunciados das súmulas** do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e **do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional**;
- V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

No caso em comento **o Autor fixou taxa de comissão de permanência de 0,60% ao dia** (item 3.15 da tabela de fl. 26), **ou seja, 18% ao mês enquanto a taxa de juros remuneratórios previstos no contrato era de apenas 1,35%** (item 315 da tabela de fl. 26), **exorbitando, assim, em muito, o limite fixado na súmula do STJ supramencionada.**

Em razão deste fato, na última planilha apresentada pelo Exequente (fl. 108) **o valor da parcela vencida em 20/01/2015 subira de R\$ 949,82** (novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos) **para nada mais nada menos do que R\$ 4.440,28** (quatro mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), isto é, **uma majoração de 467% em um período de menos de 2 anos.**

Tais encargos manifestamente abusivos **levaram o montante devido a subir dos R\$ 25.518,86** (vinte e cinco mil quinhentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), indicados pelo próprio credor na inicial, **para R\$ 56.309,36** (cinquenta e seis mil trezentos e nove reais e trinta e seis centavos), isto é, **mais do que o dobro no período de 18 meses.**

Assim, imperiosa se faz **intervenção jurisdicional do Estado, a fim de que o valor da comissão de permanência seja limitada à taxa de juros remuneratórios prevista no**

contrato, o que encontra esteio nos art. 6º, V, 39, V e art. 51, IV, todos do Código de Defesa do Consumidor, *verbis*:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

V - **a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais** ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

Art. 39. **É vedado ao fornecedor** de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

[...]

V - **exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva**;

Art. 51. **São nulas de pleno direito**, entre outras, **as cláusulas** contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

[...]

IV - **estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada**, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

C) DO MONTANTE DEVIDO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Caso não entenda por descaracterizar a mora, aproveita para, subsidiariamente, indicar **que há excesso de execução no caso em comento, motivo pelo qual, afastados os juros moratórios abusivos, o débito devido resulta tão somente no importe de R\$ 33.559,25 (trinta e três mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos)**, conforme planilha anexa, patamar para o qual o débito exequendo deve ser reduzido.

O embargado, ao efetuar cobrança de valor

sabidamente indevido, conforme súmula 379, incorreu em **ato ilícito**, devendo reparar o dano causando ao embargante nos mandamentos do artigo 940 do Código Civil, *verbis*:

Art. 940. **Aquele que** demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou **pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor**, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, **no segundo, o equivalente do que dele exigir**, salvo se houver prescrição.

Vale destacar, ainda, no caso em comento, **a manifesta má-fé da parte Autora, eis que vem efetuar cobranças manifestamente indevidas - eis que contrárias a entendimento sumulado do STJ - a fim de se locupletar às custas do Réu.**

Assim, evidente se mostra a má-fé do Autor que mesmo ciente dos fatos, busca alterar a verdade com o fito de se enriquecer ilicitamente às custas do Réu, *litteris*:

Art. 80. **Considera-se litigante de má-fé aquele que:**
I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
II - **alterar a verdade dos fatos;**
III - **usar do processo para conseguir objetivo ilegal;**
IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
V - **proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;**
VI - provocar incidente manifestamente infundado;

Neste sentido têm-se os seguintes julgados, abaixo colacionados:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. RITO SUMÁRIO. COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. **MULTA MORATÓRIA. PERCENTUAL EXCESSIVO. MÁ-FÉ EVIDENCIADA.** PAGAMENTO AO DEVEDOR DO EQUIVALENTE COBRADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. I - **Evidenciada a má-fé do credor ao cobrar mais do que o devido, deve pagar ao devedor o equivalente**

do que dele exigiu. Aplicação do art. 1531 do CC/1916 (art. 940 do CC/2002).

II - Houve redução do percentual da multa moratória para 2% (dois por cento), acarretando diminuição expressiva do débito, o que caracteriza a sucumbência recíproca, hipótese em que devem ser proporcionalmente distribuídos e compensados entre os litigantes os honorários e as despesas.
III - Recurso provido. Unânime.(Acórdão n. 227094, 20030110488130APC, Relator JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 1ª Turma Cível, julgado em 12/08/2005, DJ 13/10/2005 p. 60);

CIVIL E PROCESSO CIVIL. DEMANDA JUDICIAL. DÍVIDA INEXISTENTE. APLICAÇÃO DO ART. 940, DO CÓDIGO CIVIL. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DEVIDA. MANUTENÇÃO DOS DADOS NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA.

1. Cabível a restituição em dobro, na forma prescrita no art. 940, do Código Civil, quando o suposto credor demanda em Juízo por dívida paga a tempo e modo, ainda que se trate de relação de consumo.

2. Comprovado o adimplemento das obrigações assumidas pelo consumidor, abusiva se mostra a conduta do fornecedor que mantém seus dados nos cadastros restritivos de crédito, configurando o defeito na prestação do serviço causador de dano moral reparável.

2. Sendo certo o dever de indenizar, ante a vulneração dos direitos da personalidade, deve o "quantum" atender aos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, observando-se as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado.

3. Recurso desprovido. Unânime.
(Acórdão n. 615396, 20100310099667APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 29/08/2012, DJ 04/09/2012 p. 193).

Assim, resta evidente que a Autora deve ser condenada a pagar o correspondente ao valor indevidamente cobrado, isto é ao montante de R\$ 22.750,71 (vinte e dois mil setecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos)², que compensado com o débito exequendo, fará o crédito a ser cobrado nos presentes autos reduzir para R\$ 10.808,54 (dez mil oitocentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

² 56.309,96 (cobrado) - 33.559,25 (devido) = 22.750,71 (excesso)

IV - DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO

O parágrafo único do art. 919 do CPC/15 determina que:

Art. 919. Os embargos à execução não terão efeito suspensivo.

§ 1º **O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória** e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

Os argumentos acima alinhavados tornam irrefutável que a continuidade da execução poderá resultar na constrição de verbas alimentares para pagamento de dívida inexistente, notadamente por ser o embargante hipossuficiente e não poder suportar a cobrança indevida sem prejuízo de sua subsistência e da de sua família, o que justifica a concessão de efeito suspensivo aos presentes embargos.

V - CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, requer:

- a) a **gratuidade da justiça**, nos termos da 98 do CPC/15, em virtude de o Assistido não possuir condições de arcar com honorários e custas judiciais, conforme declaração de hipossuficiência à fl. 130-verso;
- b) a **concessão de efeito suspensivo aos presentes embargos, para suspender a execução em apenso;**
- c) o conhecimento e provimento dos presentes

embargos para **declarar a abusividade da cobrança do montante de R\$ 56.309,96 (cinquenta e seis mil trezentos e nove reais e trinta e seis centavos)** relativos aos juros moratórios e tarifas abusivos, **reduzindo-o para o patamar de R\$ 33.559,25 (trinta e três mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos);**

d) **Que a parte Embargada seja condenada**, por conseguinte, **a pagar**, a título de multa prevista no artigo 940 do Código Civil Brasileiro, o montante correspondente à quantia indevidamente cobrada, isto é, ao valor de **R\$ 22.750,71 (vinte e dois mil setecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos)**, valor este que deverá ser compensado do crédito efetivamente devido, **reduzindo a quantia exequenda para R\$ 10.808,54 (dez mil oitocentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos);**

e) a condenação do réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF (art. 1º da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04/12/2007), e recolhidos junto à conta PRODEF: Banco BRB (070), agência 0100, Conta 13251-7, destacando que o referido recolhimento **não deve ser feito via DAR.**

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente pelos **documentos** que junta nesta

oportunidade e, caso esse juízo entenda necessário, pela realização de perícia judicial contábil, para apurar o valor efetivamente devido, limitando a comissão de permanência à taxa de juros contratuais e afastando a incidência de juros, multa e correção.

XXXXXXXXXXXXX/DF, 13 de June de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ANALISTA - DPDF
MATRÍCULA Nº XXXXXXXXX